



## **DIMENSÃO ÉTNICA E AS RESSIGNIFICAÇÕES DA IDENTIDADE CAMPONESA: ESTRATÉGIAS PARA UMA PEDAGOGIA DE RESISTENCIA**

**Nelson Ramos Bastos<sup>1</sup>**

**Eliana Teles Rodrigues<sup>2</sup>**

### **RESUMO**

O foco deste trabalho, consiste em analisar e interpretar as estratégias de resistência de dois grupos sociais objetivados em existência coletiva territorializados em diferentes espaços geográficos, referência empírica deste estudo. Trata-se dos autodenominados ribeirinhos das ilhas Capim e Xingu, na região do Baixo Tocantins, que travam um combate frente ao avanço dos grandes projetos portuários e de logística, cujos impactos atingem diretamente os recursos naturais e o território, base da existência material e simbólica, e os quilombolas dos rios Arari e Gurupá, no Marajó na luta contra a oligarquia do latifúndio agrário e por reconhecimento identitário, direito aos recursos e ao território etnicamente configurado no Marajó. Reunidos em unidades de mobilização, para participarem das oficinas de “mapas”, esses agentes sociais descrevem através da representação cartográfica, sua afirmação identitária, modo de vida e interpretam as transformações que ocorrem em tempo real, em suas vidas e nos espaços socialmente construídos, desde seus antepassados até os dias atuais.

Palavra chave: Processo de territorialização. Território. Identidade

### **INTRODUÇÃO**

O presente trabalho busca fazer uma reflexão antropológica do alcance da dimensão étnica das formas organizativas dos sujeitos que vivem do campo. Trata-se de sujeitos que objetivados em movimentos sociais reivindicam para si uma identidade como forma de reconhecimento social e por direito ao território e ao uso de recursos. Nesse processo de mobilização constituem-se novas formas político-organizativas ao mesmo tempo em que esses coletivos buscam se adequar as questões normativas do direito brasileiro, na luta pela terra, pelo território, por educação e saúde. Tais mobilizações se configuram num constante aprendizado e trazem em seu bojo uma pedagogia de resistência.

O estudo tem como base empírica dois grupos, que em seu processo de mobilização social, reivindicam para si a auto identificação e politização de suas formas organizativas, como estratégia para enfrentar e se posicionar à reestruturação produtiva e

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós Graduação em Cidades, Territórios e Identidades-PPGCITI. nelsonmarajo@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Professora do Programa de Pós Graduação e mestrado em Cidades, Territórios e Identidades-PPGCITI e pesquisadora do Projeto Nova Cartografia Social da Amazonia-PNCSA. elianteles@gmail.com.



o reordenamento do território pelo Estado. Trata-se dos autodenominados ribeirinhos das ilhas Capim e Xingu, na região do Baixo Tocantins e os quilombolas dos rios Arari e Gurupá, no Marajó.

Servindo-nos das técnicas de mapeamento, através de oficinas realizadas em diferentes momentos com esses grupos, objetivou-se fazer uma investigação de modo a viabilizar o conhecimento mais detido de um conjunto de práticas e saberes cotidianos, agrícolas, ecológicos, os quais contrastam com atos e práticas implementados pelo Estado e agentes privados, configurando assim uma luta material e simbólica. Através da cartografia social, manifesta-se uma técnica que se converte numa modalidade de resistência na preservação de saberes e recursos dos grupos investigados, os quais buscam nessa prática uma forma de reconhecimento identitário e defesa de seus territórios.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Tomando a territorialidade como princípio de análise, nota-se na Amazônia, a existência de uma multiplicidade de identidades que configuram sua diversidade sociocultural, expressas por diferentes coletividades consoante denominações locais, tais como: ribeirinhos, seringueiros, quilombolas, indígenas, piaçabeiros, pescadores artesanais, castanheiros, artesãos e artesãs, indígenas que residem em cidades, quebradeiras de côco babaçu e peconheiros (coletores de açaí) dentre outras. Essas categorias de identidade acham-se agrupadas segunda forma organizativa própria, construindo, mediante mobilizações, suas territorialidades específicas (ALMEIDA, 2013, p. 26).

A identidade desses coletivos se expressa nos valores e representações que fazem de si mesmos e dos outros. A mobilização política, remete a luta por afirmação e é característica desses conflitos, que traz em seu bojo a construção de uma identidade. Por exemplo, a identidade ribeirinha, cuja base territorial não se resume a uma divisão política-administrativa, mas é atributo dos que estão referidos a unidades de trabalho familiar na agricultura, no extrativismo, na pesca e na pecuária, a formas de cooperação simples no uso comum dos recursos naturais e a uma consciência ecológica acentuada que remete ao seu próprio modo de vida (ALMEIDA, 2013).

Se a prática colonialista diluiu diferenças étnicas e homogeneizou a diversidade cultural, a partir de classificações que subordinam tais grupos a condição de “nativos”, “selvagens” e “ágrafos”, as novas situações sociais que têm se desenhado no domínio da



politização dos conflitos e do reconhecimento de direitos étnicos e territoriais, trouxe para o campo das relações políticas, a complexidade de elementos identitários. Nesse contexto, um grupo étnico passa a ser definido como forma de organização social, cujos membros se auto reconhecem e são reconhecidos pela sociedade de entorno (BARTH, 2000), com características atributivas para além de critérios culturais e linguagem simbólica (CARNEIRO DA CUNHA, 1986).

A deflagração de conflitos, especialmente nas últimas décadas, tem como principal fator a forma de acesso ou uso de recursos ambientais, contrária aos modos de vida de povos e comunidades que vivem em terras tradicionalmente ocupadas. Dada as forças contrárias que buscam desmobilizá-los nota-se o esforço por parte dos movimentos em afirmar sua territorialidade e desse modo, a auto atribuição étnica desses agentes sociais toma forma no curso dessas ações, como uma forma de reação às normas imputadas, as quais põem em relevo a constituição de uma identidade étnica.

Na teoria social do antropólogo Marshall Sahlins, agentes são todos aqueles que agem de acordo com suas categorias culturais, resignificando-as a todo o momento na vida cotidiana (SAHLINS, 1990, p. 174). Nesse sentido, ao obterem conhecimento de seus direitos garantidos em lei, a agencia desses grupos leva uma forma de organização e mobilização que resulta na visibilidade, força e capacidade de articulação desses movimentos, em que pese as forças contrárias (ACSELRAD, 2015).

No tocante a mobilização quilombola, atualmente a luta pela aplicação do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT)<sup>3</sup> se faz sentir em vista do aparecimento no cenário nacional de um grande número de comunidades rurais, que reivindicam reconhecimento e titulação como comunidades quilombolas. Nesse processo, face a ameaça do “outro”, o sentido do “nós” ganha força transformando esses espaços em territórios de resistências. Em Max Weber (1991) pode-se encontrar argumentos que nos orientam nesse entendimento. Para Weber, as semelhanças e antagonismos de hábitos e costumes podem criar um sentimento de pertença e assim contribuem para despertar a conscientização da identidade.

A contribuição desses argumentos, para o entendimento dos dois casos aqui mencionados somam-se às diversas estratégias que os agentes sociais elaboram para a construção da identidade étnica, destacando-se aquelas concebidas para acessar os recursos. Trata-se de uma forma de uso do território específica, em meio ao conflito

---

<sup>3</sup> BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). São Paulo: Centro de Estudos Superiores, 1988.



aberto, provocado pela limitação, e por vezes, ao não acesso aos recursos e nesse contexto, os agentes sociais falam por si.

### 3. RESULTADOS/DISCUSSÃO

A partir dos anos 1990 novas iniciativas neocolonialistas de concentração fundiária, atendendo pelo eufemismo de “agronegócios”, outros insurgem-se contra as terras tradicionalmente ocupadas por povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e extrativistas. Como resposta, esses sujeitos objetivados em movimentos sociais, se organizam politicamente na busca por um novo modelo de desenvolvimento rural baseado na agricultura familiar. Nesse sentido a campesinidade é recriada sob novas condições, dentre as quais destacam-se as novas experiências de organização da produção adquiridas com grupos com ou organizações não-governamentais, tem na afirmação de pertencimento condicionante da sua resistência frente a realidade social da qual emerge.

Nos dois casos aqui destacados, os ribeirinhos da ilha Xingu e ilha do Capim na região insular de Abaetetuba, os quais ressemantizando a classificação estigmatizada de “ribeirinhos”, tomam para si o protagonismo de seu destino na luta por preservação dos recursos e do território contra projeto portuário e de logística, cujos impactos atingem diretamente os recursos naturais e o território, base da existência material e simbólica desses agentes sociais. De outro lado, os quilombolas do rio Gurupá, em Cachoeira do Arari no Marajó, em sua luta contra a oligarquia do latifúndio agrário e por reconhecimento identitário, direito aos recursos e ao território etnicamente configurado.

Em ambas situações sociais, as estratégias de reprodução social e material é marcada pelo modo de produção familiar ou doméstico, com atividades realizadas por todos os membros da família, sendo esta, a instituição central da produção que rearticula a organização social. As suas práticas agroextrativas são acompanhadas do calendário cultural e religioso, com base na cooperação entre as unidades domésticas.

Porém segundo os estudos de Bandeira (1988), tais atividades não são exclusivamente domésticas, pois envolvem diferentes formas de cooperação de outros grupos familiares. Contudo as especificidades da produção permitem caracterizá-la como uma combinação de diversos subsistemas, tais como: produção de roças, manejo de açazais para produção do fruto (açáí), criação de aves, criação de porcos (suínos), pesca do peixe e camarão, cultivo de frutíferas e em menor atividade, o extrativismo da mata.



Para os quilombolas dos rios Arari e Gurupá, a ruptura nos laços de vizinhança, parentesco e nas formas de organização da vida econômica e a cultura, ocorreu com o deslocamento compulsório, quando se situa um momento de uso e eficiência dos cultivos na várzea do rio Arari, com base no extrativismo do açaí (ACEVEDO MARÍN, et al, 2008, TELES, 2014).

As novas práticas de uso e exploração dos recursos naturais pelos grandes grupos financeiros oriundos do agronegócio de caráter global, aportam a região do Baixo Tocantins e essa dinâmica atinge diretamente comunidades ribeirinhas, dentre estas as famílias das Ilhas Xingu e Capim, localizadas no entorno do complexo portuário e industrial de Vila do Conde em Barcarena. Reunidos em unidades de mobilização, para participarem das oficinas de “mapas”, esses agentes sociais descrevem através da representação cartográfica, sua afirmação identitária, modo de vida e interpretam as transformações que ocorrem em tempo real, em suas vidas e nos espaços socialmente construídos, desde seus antepassados até os dias atuais. Em suas estratégias e mobilizações, eles elaboram estratégias de resistência com base nos preceitos jurídicos, como a Convenção 169 de 1989, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que passa a estabelecer os marcos jurídicos legais sobre o território de povos e comunidades tradicionais objetivando protegê-los das ações do Estado em sua execução dos grandes projetos econômicos e estruturais, como parte do desenvolvimento capitalista global.

Assim, tais mobilizações caracterizam-se por processos de territorialização, configurando uma rede de sociabilidade, responsável pela partilha de informações e técnicas. Nesse processo configuram-se novos saberes, os quais se manifestam como estratégias de resistência dos agentes sociais frente as forças hegemônicas que atuam direta e indiretamente nos seus territórios.

## 5. REFERÊNCIAS

- ACEVEDO-MARIN, R. E., E. R TELES, K. B. SANTOS; G. G. QUEIROZ; R. C. P. COSTA. & S. C. CARVALHO. 2008. **Território quilombola nos rios Arari Gurupá: sistemas de uso, conflituosidade e poder em Cachoeira do Arari, Pará.** Belém Pará: UNAMAZ-INCRA. 310p.
- ACSELRAD, H. **Introdução: o debate sobre cartografia e processos de territorialização - anotações de leitura,** In ACSELRAD, H., GUEDES, A. D., MAIA, L. J. (orgs). *Cartografias sociais, lutas por terra e lutas por território.* Rio de Janeiro:



Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2015. 166p. (Coleção território, ambiente e conflitos sociais ; n. 5)

ALMEIDA, A. W. B. 2013. **Mapas situacionais e categorias de identidade na Amazônia**. In ALMEIDA, A. W. B., FARIAS JÚNIOR, E. A (orgs). Povos e comunidades tradicionais: nova cartografia social. Manaus: UEA Edições, 2013, pp 28-92.

BANDEIRA, M. de L. **Território negro em espaço branco**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BARTH, Fredrik. **O Guru, o Iniciador e as Outras Variações Antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

CARNEIRO DA CUNHA, M. **Antropologia do Brasil – Mito, História e Etnicidade**. São Paulo: Edusp/Brasiliense, 1986.

SAHLINS, M. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Zahar. 1990.

TELES, E. R. 2013. “A gente faz a varja”: territorialidade, estratégia de uso de recursos, identidade e conflitos na ilha do Marajó, Pará. 2013. 250p. **Tese** (Doutorado em Antropologia). Programa de Pós-graduação em Antropologia. Universidade Federal do Pará.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. V.I. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991.